



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

MELHORIAS HABITACIONAIS, O NOVO CAMPO MINADO? ALTERNATIVAS AO
VOLUNTARISMO MILITANTE

FREDERICO LAGO BURNETT (UEMA) - fredlburnett@gmail.com

Arquiteto, Mestre em Desenvolvimento Urbano UFPE, Doutor em Políticas Públicas UFMA, Professor Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão



MELHORIAS HABITACIONAIS, O NOVO CAMPO MINADO? ALTERNATIVAS AO VOLUNTARISMO MILITANTE

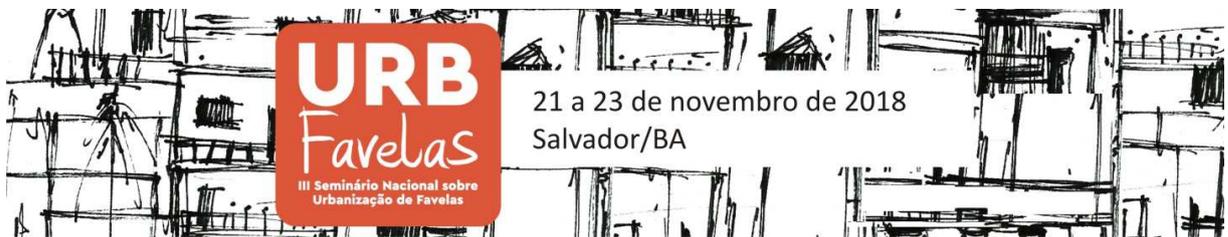
RESUMO:

Os programas de melhorias habitacionais se consolidaram nos últimos anos e são hoje consenso nas práticas alternativas da arquitetura engajada em bairros precários. Entretanto, apesar da extensa lista de experiências realizadas, o saldo é pouco representativo no que se refere a novas formas de organização e expressão social dos moradores que, como partícipes de uma relação assimétrica, permanecem invisíveis e mudos perante a sociedade. Tomando a moradia como objeto de intervenção, as ações privilegiam o mundo familiar e contribuem decisivamente para os valores individualistas, pois um traço comum dos programas é a difícil, ou mesmo inexistente, relação entre o conjunto das famílias contempladas e o espaço coletivo que compartilham com a comunidade. Refletindo sobre tais questões, este artigo defende a necessidade de romper com as limitações socioespaciais impostas pelos atuais programas que, apoiados pelo Estado e por Organizações Não Governamentais, atendem demandas fragmentadas, visando interesses que não servem à organização e às lutas populares. Como alternativa, o texto propõe inverter a lógica das atuações, retomando a centralidade do espaço coletivo, denominador comum dos interesses do território, capaz de mobilizar moradores e assegurar processos de gestão compartilhada que consolidem associativismos democráticos.

Palavras-chave:

Melhorias Habitacionais. Espaço Coletivo. Organização Popular.

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações



1. INTRODUÇÃO

Novo foco dos ativismos urbanos, pós-falência política das propostas que pretendiam alcançar a “cidade de todos” via planejamento urbano (BURNETT, 2011), as melhorias habitacionais parecem concentrar na escala da arquitetura as boas intenções dos arquitetos com consciência social. Inicialmente pioneiros na atuação em espaços conquistados por comunidades, sem qualquer apoio oficial ou acadêmico (SANTOS, 1981), mas que nunca deixaram de ser episódicos, fragmentados e descontínuos, a atuação dos arquitetos em áreas irregulares se organizou em inúmeros coletivos profissionais que contabilizam hoje um significativo acervo de produções construtivas em mutirões assistidos (CEARAHPERIFERIA, 2011; SILVESTRE e CARDOSO, 2013; SANTO AMORE, 2014 e 2016; VILAÇA e CONSTANTE, 2015; LIMA-SILVA e FEDELI, 2016).

Mistos de marginais e heróis perante o poder padronizado da produção habitacional do Estado desenvolvimentista, o proselitismo em torno da autoconstrução, que já foi visto como um vício sem consequências (OLIVEIRA, 2006), manteve seus espaços, conquistou mercados e prêmios e agora se impõe como uma alternativa ao beco sem saída que a reação do *establishment* parece ter estabelecido para os movimentos de esquerda.

Que o exemplo da evidente superioridade da produção autogestionária saia da marginalidade em que hoje se encontra e contamine as lutas do setor da construção – e de lá, as de toda a produção. Catástrofe para a sociedade alicerçada na desigualdade da relação salarial, na subordinação do trabalho, na vergonhosa exploração dos trabalhadores. (FERRO, 2015, p. 28)

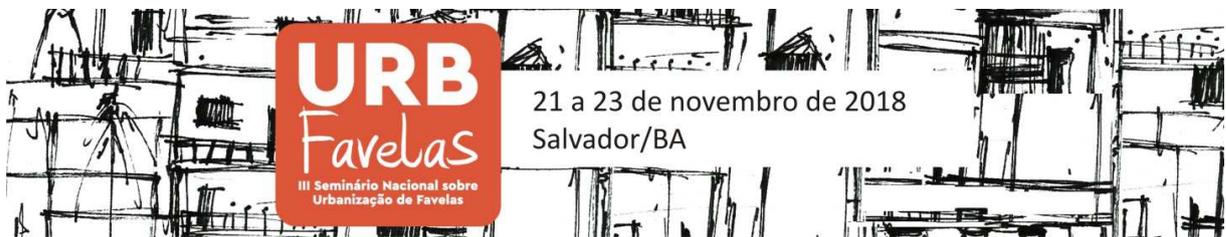
Ameaçando tornar-se mais uma unanimidade burra, desta vez em torno de moradias autoconstruídas para operações de melhorias habitacionais, organizações não governamentais, administrações progressistas e órfãos do Movimento da Reforma Urbana voltam a se encontrar. Campo de prática profissional e capacitação técnica de graduandos, arena onde se exercitam valores missionários e interesses eleitoreiros, tudo parece indicar que o novo *must* tem motivações variadas e particulares onde relações entre moradores, técnicos e gestores se esgotam a cada moradia que ganha habitabilidade, em um movimento que retorna ao ponto de partida em novos cenários.



Sem questionar a importância de qualificar habitações e mesmo evitar tragédias familiares, ainda que experiência anterior tenha provocado suas próprias, o saldo das centenas de ações de melhorias parecem fortalecer muito mais valores do *establishment* do que contribuir para o surgimento de algo que possa se opor às formas de dominação, ao mesmo tempo fortes e diluídas (LEFEBVRE, 2006) nos espaços em que a ação profissional dos arquitetos se faz presente. Ainda que a literatura sobre o tema seja extensa e as experiências ocorram nos ambientes familiares, dando lugar a ricos e variados relatos sobre **formas privadas de** opressão, cabe inquirir sobre saldos e saltos políticos até agora contabilizados pelos técnicos e moradores.

Partindo da importância deste salutar encontro entre classes sociais em torno dos espaços de vida das camadas populares, a oferecer potencial para transformações mútuas, este texto procura problematizar, do ponto de vista político, o tema da atuação arquitetônica em espaços precários, tendo por objetivo delimitar as possibilidades de retomar, no contato com as bases populares, a organização e as lutas (não necessariamente nesta ordem) dos mais pobres. Nesta incursão, aborda-se a necessária atuação em escala urbana, de forma a contemplar a questão do território, aqui entendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2016, p. 89).

O artigo se estrutura em três seções, na primeira é feita uma análise dos sujeitos sociais envolvidos na prática em tela, a saber, os arquitetos, as organizações sociais, o Estado e os moradores, que passam a constituir um agrupamento ocasional em torno das operações de melhorias habitacionais com tendência comprovada de dispersão após a conclusão das obras; na segunda seção, a partir das metodologias adotadas em diferentes momentos e regiões do país, busca-se identificar aspectos que, superando quixotismo e filantropia, contribua para a identidade territorial dos grupos sociais envolvidos, explorando a capacidade de discernimento social e incentivando a necessária práxis espacial; por último, nas considerações finais, perante o exposto nos itens anteriores, o texto reflete sobre as possibilidades do campo da arquitetura e do urbanismo romper com valores e práticas inerentes ao ofício, especulando sobre a necessidade da abertura pessoal favorável a transformações capazes de superar tecnocracia e autoritarismo de classe.

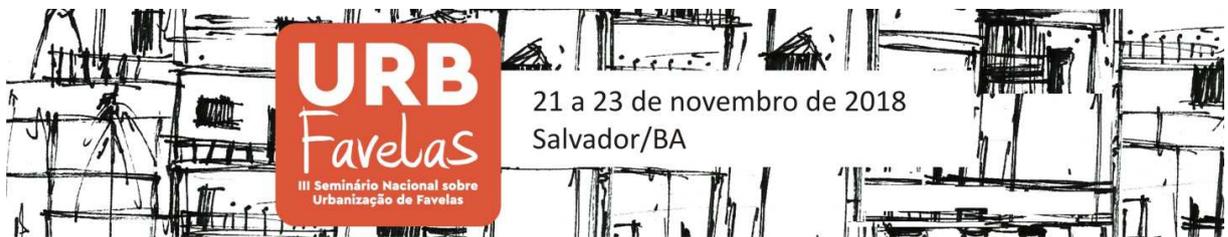


2. ARQUITETURA, FILANTROPIA E ESTADO NO ATENDIMENTO PARTICULARIZADO ÀS CAMADAS POPULARES

Como as demais disciplinas das Ciências Sociais Aplicadas, áreas e subáreas organizadas pela CAPES e passíveis de discussões sobre seus critérios de classificação, a Arquitetura e o Urbanismo são dependentes de outros ramos do conhecimento. Responsáveis perante a sociedade em organizar os espaços de vida e trabalho, os profissionais da área são formados a partir de valores dominantes e, neste processo, absorvem e reproduzem relações espaciais normatizadas que vão além de padrões estéticos e comportamentais. Pela própria materialidade que possuem, tais aspectos encontram farta comprovação na produção estandardizada de tipologias habitacionais que antepõem diferentes escalas espaciais – sejam de rendimento, sejam regionais culturais – que, se questionam a padronização genérica de modos de vida, devem também considerar suas origens em centros hegemônicos de poder, resultantes da própria dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do sistema (BRANDÃO, 2007). E que, vistos de tal ângulo, permitiriam alimentar *práxis* mais conscientes, em uma reação que, infelizmente, parece inacessível às ferramentas de análise com que são providos os arquitetos.

Ainda que o ingresso ao campo profissional liberal seja meta da imensa maioria dos cursos de arquitetura e urbanismo do país - provando que “a cidade do pensamento único” (ARANTES et al, 2000) mantém validade -, o estreitamento de tais possibilidades tem sido inexoravelmente determinado pelo monopólio nacional da indústria da construção civil, iniciado pelo BNH e consolidado pelo PMCMV. A irrealdade desta situação, além de canalizar para o serviço público quem pouco aprende sobre políticas públicas, criou um significativo exército de reserva para empresas da área, burocratizou a prática profissional (BERNIS, 2008) e saturou o ramo da chamada arquitetura de interiores, uma “seção” fortemente dependente do campo da produção imobiliária.

Em um país de monstros sagrados dotados de notório saber, os concursos de arquitetura para obras públicas são exceções cada vez mais raras e pouco acessíveis aos jovens arquitetos, atualizando o clientelismo e confirmando a importância e validade do círculo das relações sociais na economia de mercado. O desinteresse histórico sobre o assunto, expresso na pouca



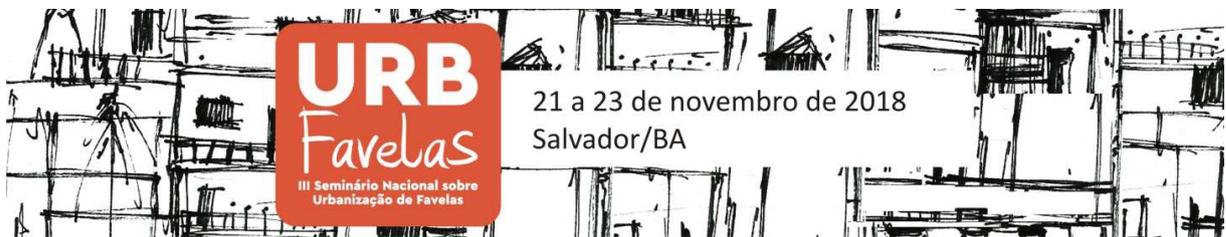
mobilização dos órgãos da categoria em torno da defesa do mercado projetual público, se mostrando incapaz de exigir e garantir “concurso público para obra pública”, diz muito sobre a própria categoria, por séculos abrigada em órgãos afins, e sua recente autonomia para controle do exercício profissional precisa mostrar a que veio.

É neste contexto de estrangulamento profissional que o mercado de baixa renda surge como área de atuação dos arquitetos, mas também na esteira da própria produção habitacional entre um a três salários mínimos, um grande sucesso empresarial desde que devidamente garantida pelos cofres públicos: afinal o “espírito animal” do capitalista, volta e meia exortado por Delfim Neto, não chega ao irracional... É assim que, em situação bem distinta daquele período marginal aberto e vivenciado pelo grupo coordenado por Carlos Nelson dos Santos sob a ditadura militar, passamos a ter uma profusão de “arquitetos nas favelas” (KAPP, 2012).

Entretanto, mais afeitos à construção edilícia, divisão técnica do espaço, função e limite da Arquitetura, e menos propensos à cidade, divisão social do espaço, campo do Urbanismo, os arquitetos tendem a priorizar a moradia em seus ativismos sociais. Como estratégia de inserção, tal decisão pode se mostrar um mercado fértil, mas a maioria das experiências relatadas comprovam que, iniciadas pela unidade habitacional, as práticas se esgotam nas paredes das residências, desprezando o que a ação apresenta de mais renovador, como veremos na seção seguinte. As limitações referidas são claramente perceptíveis em avaliações de quem estuda o tema:

No Brasil, algumas experiências com assistência técnica já foram desenvolvidas em diferentes pontos do país, de caráter público, privado ou social, destinadas tanto a moradores de conjuntos habitacionais quanto a moradores de outros tipos de assentamentos, como favelas reurbanizadas e bairros pobres populares. Entretanto, ainda não se chegou a um modelo multiplicável desse serviço em função das diversas dificuldades operacionais destes programas, parte delas inerente às próprias características de produção da construção civil. (SILVESTRE e CARDOSO, 2013)

Por outro lado, no que se refere especificamente à moradia das camadas populares, tema que hoje parece interessar a nove entre dez arquitetos, a incompreensão profissional se agrava por razões sociológicas e, ainda que observadas, alertadas e analisadas, o *métier* tende a não



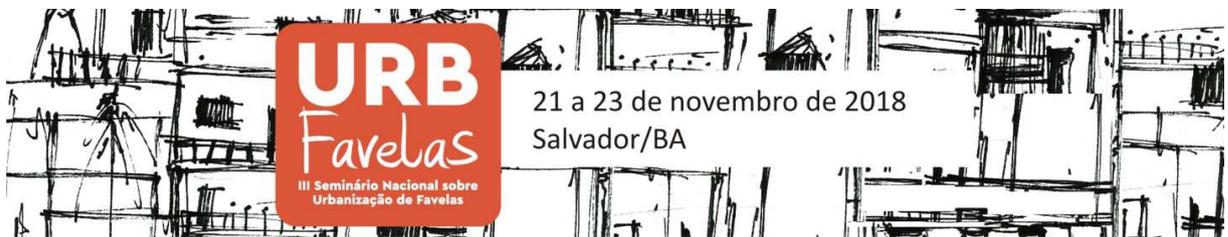
considerar tais observações, alertas e análises em suas reflexões e práticas, que seguem envolvidas pelo objeto de atuação:

Nesta linha, a experiência da prova de conceito do Projeto aponta para a importância de se trabalhar as melhorias habitacionais a partir de uma perspectiva que integre dimensões distintas – como ATC, crédito, formação, fortalecimento comunitário, etc. – e de elaborar uma carta de crédito adaptada às condições socioeconômicas das famílias atendidas, garantindo o acesso por meio de subsídios e orientações de gestão financeira. (LIMA SILVA; FEDELI, 2016)

A discussão entre valor de uso e valor de troca é parte da questão, quase sempre lembrada por alguns ativistas, retomando debates históricos em textos individuais de Oliveira, Ferro e Lopes, todos de 2006, mostrando-se impossível de ser escamoteada, pois imposta pelas próprias regras sistêmicas. Caberia muito mais reforçar o papel relativo da moradia no universo daqueles para quem a vida é uma aventura radical pela sobrevivência, a exigir estratégias que incluem venda e aluguel de imóveis, mas também de corpos e ilícitos. Pensar em condições de ventilação, insolação e acessibilidade perante tais escalas comportamentais, ainda que humanitariamente elogiáveis, aparece como descolamento da realidade.

Por outro lado, a dimensão quantitativa da precariedade habitacional, mais um fato de conhecimento do próprio reino mineral que a poucos parece comover, faz suspeitar que estamos a enxugar gelo, dada a capacidade de produção de desigualdades que a humanidade alcançou neste planeta favela (DAVIS, 2006) e na qual o Brasil parece disputar a *pole position*. Uma equação, tão simples quanto desnecessária, pode comprovar que nos espaços de precariedades socioespaciais do país há trabalho para formados, formandos e muitos outros que ainda vão ingressar nos cursos de arquitetura, mas considerando o contexto socioeconômico, cabe perguntar para que. Para se sentir útil, participativo, articulado? Para quem está em outro patamar de necessidades satisfeitas, com casa, comida e roupa lavada, mas necessita prática profissional pode ser uma boa...

Algo semelhante poderia ser dito a arquitetos e urbanistas que decidem se engajar socialmente, para arrefecer o mal-estar acerca de seus próprios privilégios e lutar pelo acesso das “famílias de baixa renda” (a expressão é da Lei 11.888) a serviços e produtos análogos àqueles consumidos pelas classes de renda mais alta. Seu pressuposto é que tais itens satisfariam necessidades universais, enquanto as



idades e moradias que a população produz por conta própria seriam apenas substitutos precários ou subnormais desses mesmos itens. Tal postura preconiza a imposição da cultura do arquiteto sobre a dos supostos clientes e usuários. (BALTAZAR e KAPP, 2016, p. 4)

Se estas seriam motivações dos arquitetos que atuam ou pretendem atuar nas áreas precárias, quais as razões que movem os demais sujeitos no cenário das melhorias habitacionais? Para o chamado “terceiro setor” (MONTAÑO, 2003), ONGs e OSCIP, que cumpre funções sociais com financiamentos públicos ou privados, as intenções são claramente de inserção sistêmica dos grupos sociais atingidos e, neste sentido, as melhorias habitacionais podem ser consideradas como uma ação favorável à valorização da família e da propriedade, valores essenciais do capitalismo:

O conceito “terceiro setor” foi cunhado por *intelectuais orgânicos do capital*, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia. (MONTAÑO, 2003. P. 53)

Assim como atuam no campo da capacitação profissional, da economia doméstica, da geração de renda, buscam oferecer um lugar ao sol para os mais pobres e, quem sabe, novos empreendedores para o mundo dos negócios. Com profissionais do serviço social na linha de frente dos diálogos, duas escalas de relações se apresentam e buscam se complementar: o agrupamento dos “beneficiários”, onde são ministradas oficinas e cursos sobre organização e produtividade, e o atendimento familiar, como espaço que identifica potencialidades e problemas no ambiente das performances pessoais.

Instituídos como obrigatórios nos programas habitacionais, denominados de Trabalho Técnico Social (BRASIL, 2010) e ainda que muitas vezes a pauta das atividades incluía algo como “fortalecimento da organização social”, a apertada agenda dos técnicos e dos contemplados costuma comprometer o programado. De parte dos moradores, dada a obrigatoriedade da presença nas reuniões, o jeitinho nacional permite alternar aquele que se faz presente, ora a mãe, ora o pai (BURNETT e VIEIRA, 2014). Apesar de esforços mútuos, de métodos pedagógicos atraentes, a carga horária e o conteúdo de tais cursos sucumbe à força do cotidiano, desafiando as possibilidades de mudanças.



Quanto aos “contemplados” ou “beneficiados”, as combinações de composição dos grupos podem variar, dependendo do critério de seleção das moradias que irão resultar em vizinhos ou não-vizinhos, biscateiros ou assalariados, famílias nucleares ou não, em um heterogêneo conjunto de moradores que teriam em comum determinadas condições de precariedade habitacional, mas compostos “em sua imensa maioria, por pessoas que sobrevivem no mercado informal de força de trabalho” (OLIVEIRA, 1990, p. 59). Ainda que todos possam ser vistos como uma única classe social, suas evidentes e diversificadas variações são identificadas por abstratas faixas de renda e letras do alfabeto, o que é pouco para esclarecer identidades e capacidade de organização em torno de interesses coletivos (OLIVEIRA, 1990). Parte significativa dos moradores apresenta baixa tradição de associação, perfil que corresponde à baixa cidadania que usufruem, mas também ao reduzido tempo de que dispõem para o descanso e o lazer, quase sempre empregado em tarefas domésticas, bicos variados e mesmo a autoconstrução de suas moradias. À esta instabilidade de vida corresponde a já enunciada indefinição sociológica:

O que há de decisivo na sua existência e na sua ação, que dá lugar à metáfora, é que são redutíveis, isto é, não lutam a partir de um mínimo, de uma relação social sobre a qual se baseiam reivindicações e aquém da qual não podem ceder, nem tampouco o Estado ou os governos os podem encurralar. (OLIVEIRA, 1990, p. 59)

Arregimentados pelos programas através de diferentes modalidades, quase sempre atendendo perfil socioeconômico, etário e de saúde, com a prática do sorteio como expediente para delimitar a difícil equação entre a demanda excessiva e o recurso disponível, a marca do conjunto de “contemplados” é a diversidade: de origem, de composição familiar, de ocupação, de necessidade habitacional etc. Em função disso, a universalidade do programa se restringe fortemente aquela regra individualizada, tão aplicada nas edificações em centros históricos, onde “cada caso é um caso” e que deixa proprietários e arquitetos sob controle dos avaliadores do IPHAN. No caso das ações de melhorias, são coberturas, banheiros, estabilidade construtiva que se alternam nas intervenções dos programas.

Para eles, predominantemente, a política está representada como acesso a favores, alcançados muitas das vezes por canais sazonais que, a cada dois anos, coloca a “comunidade” em contato com os tradicionais cabos eleitorais. E caso o bairro tenha expressão numérica digna



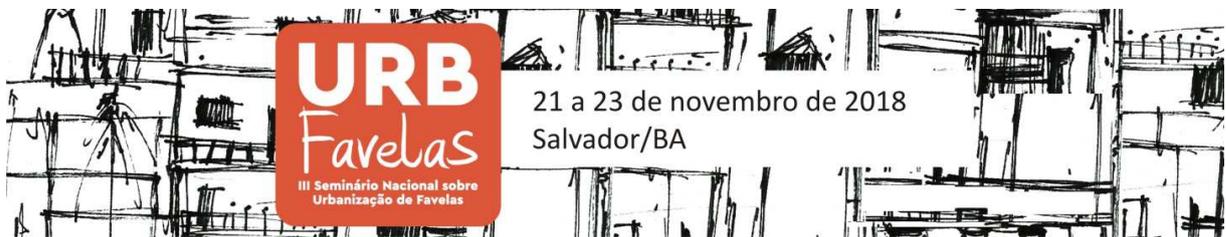
de contabilizar votos, poderá dispor de vereadores e mesmo deputados que “olhem por eles”. A mobilização coletiva apresenta-se como uma incógnita, pois “sua não-institucionalidade tem sido um permanente pasto para a tentação populista e as regressões autoritárias” (OLIVEIRA, 1990, p. 61). A submissão, ainda que aparente a situações novas ou estranha ao cotidiano, representa um traço do comportamento de tais grupos, atitude que abre possibilidade de relações assimétricas entre contemplados e técnicos:

Muitos grupos sociais foram historicamente destituídos de seus meios de sobrevivência, perdendo a capacidade de produzirem a si mesmos a partir da escassez, e passando a se submeter a contextos nos quais bens e serviços modernos – aos quais têm pouco ou nenhum acesso – representam o único padrão ‘digno’ de vida. (BALTAZAR e KAPP, 2016, p. 5)

Mobilizar tais grupos sociais em torno de suas necessidades habitacionais, ainda que seja uma porta de entrada aos bairros precários, não assegura saída consequente ou até mesmo digna. Uma bandeira assim pode se assemelhar aos movimentos estatais de incentivo ao individualismo possessivo que, arditosamente, buscam ampliar as estreitas oportunidades de satisfação de necessidades básicas de parte significativa da população. Não devemos esquecer que dividir as camadas populares em classes de proprietários e não-proprietários é característica das políticas públicas de habitação, pois jamais atenderão a todos, mas se mostram funcionais aos interesses de dominação política.

Ainda que o Estado se paute pelos esforços de desorganizar as camadas populares, condição indispensável para evitar pressões políticas, a necessidade de apoio e voto leva à criação de canais de negociação e implementação de ações que visam manter esperança nas autoridades. As políticas habitacionais se prestam de forma exemplar a tais propósitos, pois a possibilidade de ser contemplado representa uma conquista que parece alçar a família acima das demais, uma situação afinada com o discurso da meritocracia, da saída individual em tempos de crise, do “tempo de murici, quando cada um cuida de si...”

Por tudo isso, esperar que a partir de tais ações, desenvolvidas nos rígidos e mesmo egoístas limites familiares, sejam extrapolados valores ideológicos dominantes é ignorar que a primeira necessidade do homem permanece sendo a sobrevivência e reprodução social.



Oferecer tal possibilidade no seio da família é assemelhar o programa a uma loteria, pois ainda que os regulamentos desenhem o perfil dos elegíveis, a existência de sorteio para selecionar quem vai ter acesso às ações públicas de melhorias, reforça a ideia do acaso.

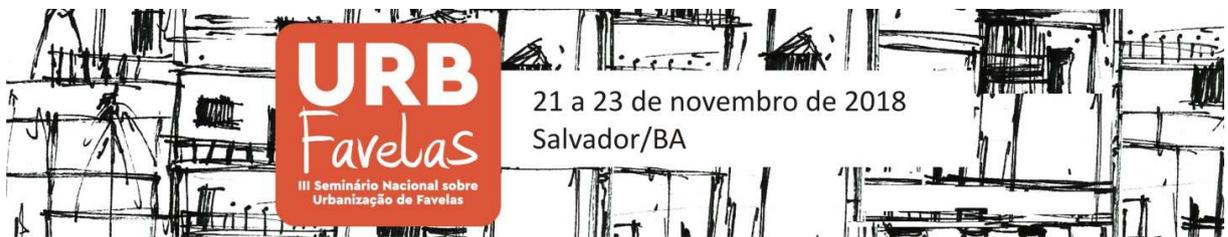
Entre tantos senões, restrições e intenções, há futuro transformador neste tipo de atuação dos arquitetos em bairros periféricos? Sem descartar que “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”, Fausto pode estar espreitando e, pequena ou grande, muitos afirmam que, como mãe, alma é uma só. Vale a pena desconfiar e ficar vivo.

3. INVERTENDO OS TERMOS DA EQUAÇÃO: O COLETIVO COMO AFIRMAÇÃO DO ESPAÇO VIVIDO

Bem mais arriscado do que atuar em meio a diferentes óticas e interesses, quase sempre contraditórios, dos vários sujeitos envolvidos nas melhorias habitacionais, é possível afirmar que a maior debilidade de tais programas, limitador e redutor do seu papel de potencial duto de mobilização e transformação socioespacial, é a abstração/negação que faz do espaço coletivo do lugar. Mantendo os contemplados pela ações no restrito universo familiar, não apenas são fortalecidos valores veiculados pelo sistema e a ele essenciais para o consenso político: abre-se mão de colocar o tema que responde pela própria história dos moradores e que podem, efetivamente, transformá-los em comunidade.

O conceito de espaço vivido, “espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, pouco apreendido pelos arquitetos-urbanistas, afeitos às ciências parcelares, foi elaborado por Lefebvre e está relacionado com o espaço construído socialmente por determinado grupo em suas relações cotidianas e de produção (LEFBVRE, 2006). Identificando os espaços conforme as classes sociais, o autor vai defender uma dimensão do espaço pouco apreendida pelo urbanismo e que constitui a própria essência de sua produção.

A precária presença do Estado em tais espaços, ainda que parcialmente ocupado/dominado por outras forças mais ou menos institucionalizadas, oferece condições de configurações que fogem das normas urbanísticas pré-determinadas e estão além do alcance de fiscalizações e embargos. Essa “liberdade para construir”, defendida na escala residencial por Turner (AGUIAR, 2010; ESPINOZA e GRAPPI, 2017) e que se expressa na autoconstrução popular,



a um só tempo indigente e inventiva, se materializa também em diferentes escalas, conforme as condições de consolidação, adensamento e autogoverno do assentamento em questão. Este aspecto é importante pois representa uma variável que irá possibilitar maior ou menor condição e flexibilidade de atuação dos que enxergam além das aparências...

Estes aspectos urbanos acima abordados, apesar de tão evidentes chegam a ser desprezados, pois não são imagináveis nos espaços de origem dos arquitetos, que inconscientemente contra eles se colocam, manipulando normas e regras absorvidas nos ateliês universitários. Mas tais aspectos comprovam um nível de poder sobre o espaço que, ainda quando manipulado individualmente, só pode existir a partir de convenções coletivas. Como a reserva florestal das comunidades quilombolas, acessível às necessidades de todos desde que preservados os interesses gerais, essa capacidade de intervenção coletiva-individual no espaço dos bairros precários é a prova, mesmo nos grandes centros urbanos - núcleos duros do poder político e econômico de K -, da impossibilidade total de homogeneização do sistema (BRANDÃO, 2007).

Porém, ainda que decisivo para as condições de vida das camadas populares, atenuando a dureza do dia-a-dia, abrindo possibilidades ao alcance dos limitados recursos, sem ameaças externa ou internas, a luta pelo espaço comum não se transforma em vigilância ou mesmo controle. Estudos desenvolvidos no último quartel do século passado em países da Europa (CASTELLS, 2000; CASTELLS, 1980) indicam que as mobilizações sociais pelo espaço urbano se esgotam uma vez atendidas as demandas ou quando são suspensas as ameaças que comprometiam a apropriação do espaço pelos moradores. Ameaças que muitas vezes representam a clássica decisão tecnocrata e autoritária de optar por áreas de ocupação irregular para implantação de equipamentos coletivos, que resulta em indenização de benfeitorias e não desapropriação de propriedades, permitindo muitas vezes a oferta da área para o mercado imobiliário.

A administração pública, assumindo o controle do espaço da cidade e determinando, através do *zoning* originado na Alemanha do capitalismo tardio, usos permitidos, tolerados e proibidos, expropria de fato a autogestão popular e reduz cada cidadão aos limites de sua propriedade. Não é de estranhar que, propostas para qualificar estes limites via melhorias



habitacionais, ganhe tanto apoio oficial e até mesmo acenos de recursos financeiros para as atividades técnicas. Deste ângulo, a cidade ilegal é a cidade sem lei urbanística e a cidade informal é a cidade sem forma capitalista, mas isso não significa que não tenha lei ou forma, como sabemos todos. O que interessa saber é que lei e forma são consequências de poder e que sua expressão é espacial.

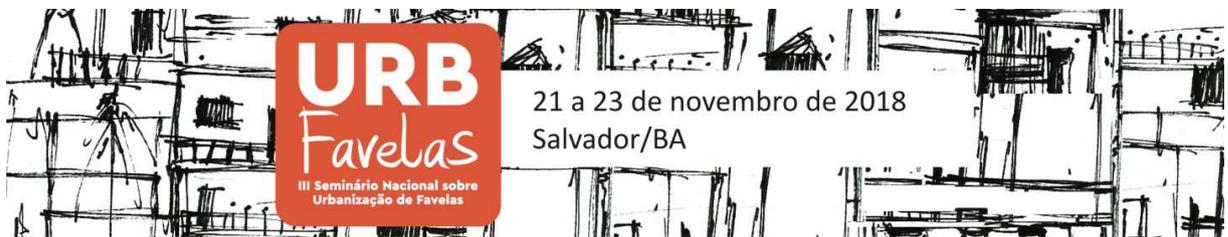
De onde vem, nesse caso, o *hetero-nomos*, a norma alheia a que todo processo deve se submeter? Paradoxalmente, também as metodologias de atuação tecnocráticas são elaboradas com ajuda de arquitetos e urbanistas. O problema é que não visam prioritariamente à mobilização do conhecimento especializado para situações novas de planejamento e produção do espaço; em vez disso, buscam o enquadramento dessas situações novas às antigas rotinas administrativas, financeiras e jurídicas da cidade formal. (KAAP et al., 2013, p. 3)

Partindo de tais premissas e tingindo a situação com alguns tons de cinza, podemos arriscar a dizer que há riscos mesmo naquelas proposições de regularização urbanística que, como bandeira de cidadania e direitos, encobre interesses privados tal qual as mais que justas lutas populares em favor de demandas por políticas habitacionais que, ao fim e ao cabo, mostraram seu avesso. Afinal, não há almoço grátis e a arte da política é pautar o adversário, o idealismo é para santos, por isso o caminho do inferno está pavimentado de boas intenções.

A inocuidade da participação os desmobiliza e acaba tornando-os indiferentes ao espaço que ocupam. Da mesma maneira que a classe média urbana, passam a atribuir ao poder público a responsabilidade pelas qualidades e deficiências da cidade. (KAPP et al., 2013, p. 4)

Aos que não pretendem engrossar as fileiras da direita com membros das camadas populares e àqueles que sabem que o tempo não para e não se recupera, cabe refletir sobre as consequências socioespaciais de suas práticas militantes. Ainda que limitados em poder político e econômico, a posição de classe permite escolher não apenas as armas, mas principalmente o lugar do combate. E não espere chegar ao bosque partindo das árvores, pois não será o ambiente com mais precariedade habitacional o melhor terreno para uma atuação consequente em favor da igualdade de direitos coletivos.

A inversão das prioridades implica em articulações por fora do Estado, com foco não em demandas individualizadas, mas como reação a riscos coletivos de diferentes origens e



consequências, capazes de mobilizar os moradores com vistas a defender seu território, quase sempre conquistado a duras penas e contra muitos. Tais condições, que não se apresentam em estatísticas de déficit habitacional e tampouco encontra patrocinadores e financiadores, exigem outros procedimentos e novos conhecimentos dos arquitetos.

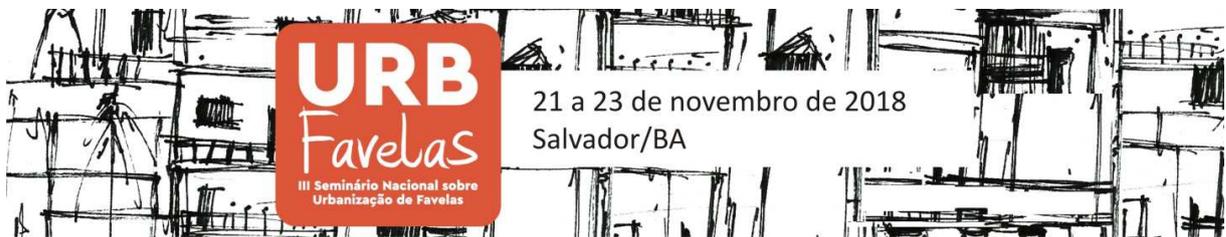
As ferramentas analíticas dispostas por Lefebvre (2006) e que definem a “triplicidade do espaço” - percebido, concebido, vivido -, esclarecem a visão espacial dos arquitetos como “uma ideologia em ação, um espaço vazio, primordial, continente que recebe conteúdos fragmentários, meio *neutro* recebendo coisas separadas, pessoas, habitat” (LEFEBVRE, 2006, p. 241-242). Essa visão distorcida fez Lefebvre afirmar ser um “suprema ilusão: considerar os arquitetos, urbanistas ou planejadores como peritos em espaço, juízes supremos da espacialidade” (LEFEBVRE, 2006, p. 82).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As incontáveis e ricas experiências no campo das melhorias habitacionais autoconstruídas em bairros precários de distintas origens, em variadas regiões do país, oferecem um acervo significativo sobre métodos técnicos para intervenção em favor dos mais pobres. Entretanto e apesar dos esforços consumidos ao lado de obras domésticas, orientando famílias na qualificação de seus imóveis, quando se fortaleceram diferentes níveis de articulação e mesmo parceria entre coletivos de arquitetos, organizações não governamentais e órgãos do executivo municipal ou estadual, pouco há a dizer quanto à constituição de estruturas organizativas populares em torno de demandas coletivas mais amplas.

Enquanto tais práticas delimitarem suas ações ao espaço concedido pelo Estado e ONGs, circunscrito ao reduzido universo familiar, que fortalece o individualismo possessivo e reforça o olhar para dentro dos contemplados, poucas possibilidades há da nova e promissora práxis dos arquitetos resultar em movimentos expressivos que ponha em pauta outras escalas de demandas.

As ações nos bairros periféricos, em muitos casos vistas como oportunidade para capacitação profissional de alunos e mesmo de arquitetos, aproximação e imersão em uma realidade distante daquela oferecido nos cursos de graduação, precisa ser revista, pois essa relação entre



técnicos e moradores pode estar se configurando como uma disfarçada forma de espoliação, extraindo conhecimentos bem mais valiosos, pois reproduzíveis, em artigos, dissertações e teses, do que aqueles oferecidos aos bairros e seus moradores.

Aspecto pouco abordado nas experiências relatadas, as relações com as lideranças locais deixam um vazio que, após o período de luta pelo direito à cidade com o constante protagonismo de representantes nacionais dos movimentos populares urbanos, merece ser pesquisado e analisado. Os procedimentos técnico-administrativos dos programas de melhorias habitacionais, ainda que individualizem as ações, não devem passar despercebidos pelos grupos que detêm o poder representativo nos bairros selecionados. A não referência a tais relações comprova uma atitude apolítica das práticas, não compatível com atuações que se pretendem transformadoras.

Neste sentido, é possível entender os canais de financiamento, abertos para atuação nas melhorias habitacionais, como uma “faca de dois legumes”, pois ao mesmo tempo em que possibilita atuar em áreas precárias, acumulando experiências diversas, mas principalmente produzindo portfólios atrativos para divulgação de ações políticas e sociais, corta muitas das pretensões de autonomia técnica, que ficam subordinadas e balizadas por metas, prazos e custos pré-determinados.

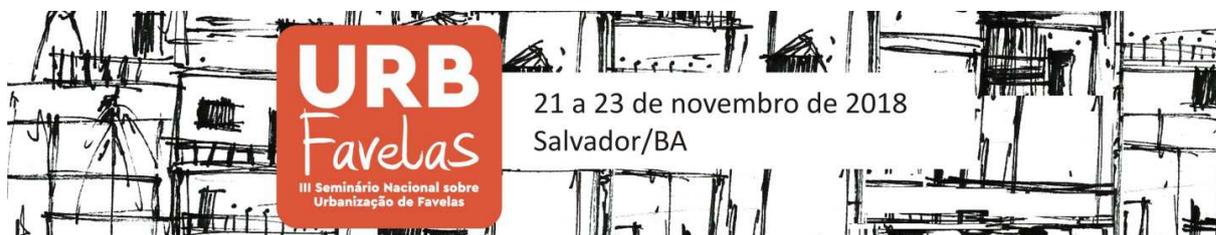
Para aqueles que pretendem algo mais que reprodução mecânica de procedimentos construtivos, desvinculados de um projeto social maior, cabe a revisão de tais práticas, sob pena de perpetuarem condições que, ainda quando oferecem moradias qualificadas construtivamente, não deixam de reproduzir processos de dominação e exploração. Ainda que não signifique descartar as atuações em favor das melhorias habitacionais, estas devem se subordinar à escala do coletivo, inserindo-se em programas determinados pelos moradores e tendo os arquitetos como assessores técnicos de suas demandas.

Relações assim celebradas e efetivadas podem fazer toda diferença nos processos futuros do grupo social atendido pelas ações técnicas, munindo seus integrantes com elementos indispensáveis para diálogos e negociações com representantes públicos, dessa forma contribuindo efetivamente para afirmação política dos mais precarizados pelo sistema.



REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. **Revisitando Turner: Habitação Social e os Desafios da Cidade Contemporânea.** *Arquitextos*, Vitruvius Revista, 127.07 ano, 11 dezembro 2010, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.127/3701> acesso 04 mar. 2017
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: 2000.
- BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. **Assessoria Técnica Com Interfaces.** Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016. Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/2016_06_20_baltazar_kapp_enap_arq.pdf acesso em 08 fev. 2018.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL. **Curso a Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social.** Brasília: Ministério das Cidades: 2010
- BERNIS, F. M. **O Arquiteto Despachante: A participação do arquiteto na produção habitacional de massa.** Dissertação de Mestrado, Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO7RUHEG/o_arquiteto_despachante__04.pdf?sequence=1 acesso em 08 mai. 2018.
- BURNETT, F. L. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos.** São Paulo: Annablume, 2011.
- BURNETT, F. L.; VIEIRA, J. S. **O Espaço da Ciência e da Técnica na Urbanização de Assentamentos Precários: Uma Análise da Gestão do PAC Rio Anil em São Luís, Maranhão.** I Seminário Nacional sobre Urbanização de Assentamentos Precários, São Bernardo do Campo, SP, 13 a 15 de novembro de 2014 disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/biblioteca_novo_2/arquivos/A-experi%C3%Aancia-do-PAC-Rio-Anil.pdf
- CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTELLS, M. **A questão urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CEARÁHPERIFERIA. **Reforma Mais: Melhoria habitacional para moradias populares com assistência técnica e microcrédito.** Changemakers, 2011. Disponível em <https://www.changemakers.com/pt-br/sustainableurbanhousing/entries/reforma-mais-melhoria-habitacional-para-moradias> acesso em 12 jun. 2018.
- DAVIS, M. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- ESPINOZA, J. H.; GRAPPI, L. **Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F.**



C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil. XVII ENANPUR: Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional? São Paulo, 2017.

Disponível em

<http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseos_Tematicas/ST%207/ST%207.6/ST%207.6-03.pdf> Acesso: 13/01/2018.

FERRO, S. Trabalhador coletivo e autonomia. In VILAÇA, Ícaro e CONSTANTE, Paula (Org.). **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2015: 21-30.

FERRO, S. **Notas sobre o vício da virtude**. *Novos Estudos* 76 II Novembro 2006: 224-234. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/12.pdf>> acesso em 18 jun. 2018.

KAPP, S. et al. **Arquitetos nas Favelas: Três Críticas e uma Proposta de Atuação, comunicação no IV Congresso Brasileiro e III Congresso Iberoamericano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia, Inovação e Responsabilidade**, 12 a 15 de novembro de 2012, Florianópolis, Sta. Catarina, disponível em

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/index.php acesso em 03 fev. 2017.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início - fev. 2006.

LOPES, J. M. O anão caolho. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 219-227, Nov. 2006. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300011&lng=en&nrm=iso> acesso 20 jun. 2018.

LIMA-SILVA, F.; FEDELI, M. T. C. **Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: Análise do projeto “Fortalecimento comunitário por meio da cadeia de valor em melhorias habitacionais”**. II Seminário URBFAVELAS 2016, Rio de Janeiro - RJ – Brasil. Disponível em <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT2-276-176-20161017134733.pdf> acesso em 12 jun. 2018.

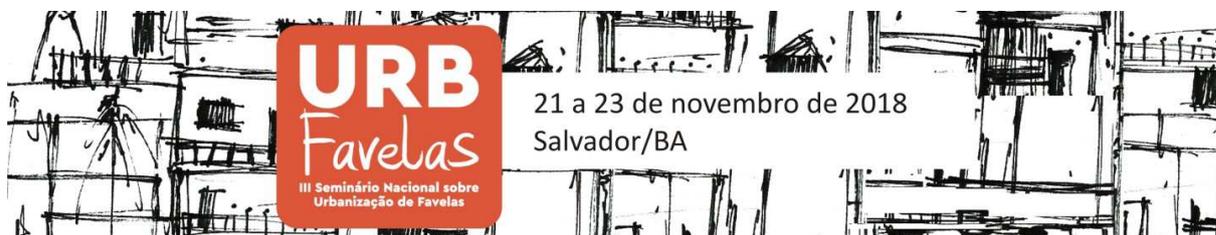
LIRIO, S. **Entrevista a Chico Oliveira: A esquerda reformista ainda tem futuro**. *Revista Carta Capital*, 29 de março de 2018, disponível em

<https://www.cartacapital.com.br/cultura/chico-de-oliveira-a-esquerda-reformista-tem-futuro> acesso em 20 jun. 2018.

MARICATO, E. **Autoconstrução, a Arquitetura Possível** In MARICATO, E. (Org.) *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 71-93.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, F. **O Vício da Virtude: Autoconstrução e Acumulação Capitalista no Brasil** In *Novos Estudos CEBRAP*, nº 74, São Paulo, março 2006, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100005> acesso em 8 de fevereiro de 2017.



OLIVEIRA, F. Os protagonistas do drama: Estado e Sociedade no Brasil In LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990: 43-66.

SANTO AMORE, C. **Assessoria e Assistência Técnica: Arquitetura e Comunidade na Política Pública de Habitação De Interesse Social**. II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 13 a 15 novembro 2014, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/GT1-46-108-20140630235545.pdf> acesso em 08 jun. 2018.

SANTO AMORE, C. **Entre a Necessidade e a Gestão: O Lugar das Melhorias Habitacionais nas Políticas de Urbanização de Favelas**. Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 13 a 15 novembro 2014, São Bernardo do Campo, São Paulo. Disponível em <http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/GT1-46-108-20140630235545.pdf> acesso em 08 jun. 2018.

SANTOS, C. N. F. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

SILVESTRE, M. G.; CARDOSO, L. R. de A. **Assistência técnica para melhoria habitacional**. Disponível em Revista Arquitectos Vitruvius, 157.00 ano 14, jun. 2013. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/14.157/4803> acesso em 18 jun. 2018.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais em pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

VILAÇA, I.; CONSTANTE, P. (Org.). **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2015.